



Eventos climáticos extremos exigem novo planejamento

LUCIANA COLLET - ESTADÃO CONTEÚDO

04 Novembro 2014 | 18h 33

Diante da ocorrência de eventos climáticos extremos, como estiagens significativamente mais severas que a média histórica ou chuvas mais volumosas que os registros passados, é necessária uma nova abordagem para o planejamento de gestão de recursos hídricos, não mais baseado em séries históricas, mas em cenários probabilísticos. Isso, no entanto, levará à execução de projetos mais complexos e caros, apontam especialistas.

"O Brasil tem que se preparar para eventos sempre mais extremos", disse o professor José Marengo Orsini, coordenador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e membro do comitê científico do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês). Segundo ele, o esvaziamento dos reservatórios, como observado em São Paulo neste ano, é exatamente o tipo de fenômeno climático extremo previsto entre os impactos do aquecimento global.

Para a professora da Escola Politécnica da USP Mônica Porto, as cidades brasileiras sequer estão preparadas para variabilidade climática conhecida, mesmo fazendo um planejamento com base em série históricas, mas precisam se adaptar para um planejamento que incorpore previsões futuras.

"Não podemos mais nos dar ao luxo de analisar a probabilidade de falha apenas pelo ponto de vista da série hidrológica histórica estacionária, mas temos que trabalhar com cenários, mudar a forma como olhamos o risco", disse, salientando que com a previsão de ocorrência mais frequentes de eventos extremos, aumenta a exposição ao risco.

Ela admitiu que tal abordagem de planejamento resultará em projetos maiores e sistemas mais complexos e custosos, mas sugeriu que paralelamente se deveria atuar com medidas de proteção, como gestão da demanda, programas de uso racional e incentivo ao reúso e mudanças no uso e ocupação do solo.

O superintendente de planejamento de recursos hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), Sérgio Rodrigues Ayrimoraes, defendeu que o processo de tomada de decisão de investimento deveria ganhar agilidade e ser antecipado, especialmente no caso dos projetos mais complexos. "Mesmo com um processo com tomada de decisão antecipada, (a região) não está livre de enfrentar problemas com a ocorrência de um evento extremo, mas, em existindo, possivelmente estará melhor preparada", disse.

Ele lembrou de estudo coordenado pela agência e concluído em 2010, o chamado Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água, que apontou a necessidade de R\$ 22 bilhões em investimentos até 2015, para garantir o abastecimento de água.